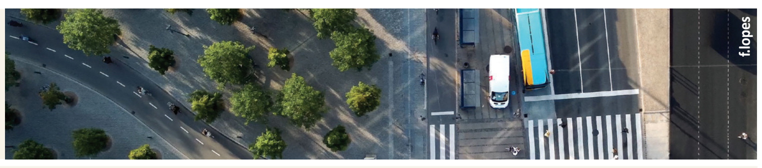
TRATON

BANCO TRATON BRASIL S.A.

CNPJ Nº 52.067.630/0001-87

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2025



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, do Banco TRATON Brasil S.A. ("Banco") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"). Colocamo-nos ao inteiro dispor para os esclarecimentos julgados necessários. **Operação:** Constituído em 2023, o Banco obteve autorização para funcionamento do BACEN para iniciar suas operações em Abril de 2025 com o propósito de viabilizar a aquisição de caminhões e ônibus pelos clientes da marca Volkswagen Caminhões e Ônibus. A divulgação oficial do Banco para a imprensa aconteceu no dia 26 de junho de 2025 e o início da operação no dia 1º de julho de 2025. Sua principal missão é oferecer suporte estratégico ao fabricante, à rede de concessionários e aos clientes, promovendo soluções financeiras que facilitem a compra de veículos comerciais e implementos associados a esses veículos. Com foco e dedicação exclusiva ao segmento, o Banco se posiciona como especialista no setor, mantendo uma relação próxima e direta com todo ecossistema envolvido. Os principais bancos comerciais do país mantêm forte presença no segmento de financiamento de veículos pesados, atraídos tanto pela relevância econômica dessas operações quanto pelo potencial de relacionamento com clientes estratégicos. Nesse cenário competitivo, o Banco se diferencia ao atuar com foco exclusivo no setor, oferecendo soluções especializadas e plenamente alinhadas às necessidades do ecossistema de veículos comerciais. **Desempenho:** O Banco encerrou o exercício de 2025 com uma carteira de crédito no montante de R$ 3.696 milhões, que gerou receita de intermediação financeira no montante de R$ 270 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco apresentou um patrimônio líquido no montante de R$ 1.134 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia apurado foi de 21,76%. **Rating do Banco:** Com apenas 3 meses de operação, o Banco recebeu a nota máxima AAA.br da agência de classificação de risco Moody´s Local BR, com perspectiva estável. Esse reconhecimento reforça a solidez da nossa operação, a confiança de mercado e, principalmente, o excelente trabalho de cada pessoa envolvida nessa jornada. **Governança Corporativa**: O Banco possui uma estrutura interna de Compliance e Auditoria Interna, alinhado às melhores práticas de governança corporativa. Essa estrutura estabelece um ambiente operacional pautado por normas e procedimentos que garantem o cumprimento das exigências legais e regulamentares, além de assegurar a aderência às políticas internas do Banco. **Ouvidoria:** A Ouvidoria do Banco tem por atribuição assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, encaminhando à administração as reclamações e sugestões prestadas pelos clientes sobre seus produtos e serviços. A Ouvidoria atende de segunda a sexta, das 9h às 18h, pelo telefone 0800 2020311. **Agradecimentos**: Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e à rede de concessionárias pela confiança depositada em nosso trabalho. Um agradecimento especial aos nossos colaboradores, cuja dedicação e empenho foram fundamentais para o desenvolvimento e a consolidação dos nossos serviços. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas por essa diretoria em reunião realizada em 06 de março de 2026.

A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025
Disponibilidades	5	**44.569**
Instrumentos Financeiros mensurados a Custo Amortizado	6	**5.150.925**
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.327.207
Operações de crédito		3.695.908
Provisão para perda esperada		(53.368)
Outros ativos		181.178
Ativo fiscal diferido	7	**41.316**
Ativo fiscal diferido		41.316
Imobilizado de uso		**5.475**
Outras imobilizações de uso	8	615
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8	471
Ativo de direito de uso	9	5.498
Depreciações acumuladas		(1.109)
Intangível	10	**197.512**
Ativos intangíveis		204.488
Amortizações acumuladas		(6.976)
Total do ativo		**5.439.797**

Passivo	Nota	31/12/2025
Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado	12	**4.257.467**
Depósitos interfinanceiros		1.097.863
Depósitos a prazo		2.580.426
Letras financeiras		557.196
Obrigações por empréstimos e repasses		21.982
Instrumentos financeiros mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes	12	**2.558**
Derivativos		2.558
Obrigação de Arrendamento Mercantil	9	**4.825**
Diversos		4.825
Obrigações fiscais correntes e diferidas		**15.553**
Fiscais e previdenciárias	13	15.553
Outros Passivos	10.b	**25.154**
Diversos		25.154
Patrimônio Líquido	15	**1.134.240**
Capital		**1.150.000**
De domiciliados no país		1.150.000
Reserva Legal		75
Reservas de Lucros		1.433
Outros resultados abrangentes		(1.487)
Prezuízo acumulado no exercício		(15.781)
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.439.797**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Capital a Realizar	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva Estatuária	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2025		1.150.000	(381.085)	75	1.433	-	(9.135)	761.288
Aumento de capital social	15	-	381.085	-	-	-	-	381.085
Ajuste a valor de mercado	12b	-	-	-	-	(1.487)	-	(1.487)
Prejuízo no semestre		-	-	-	-	-	(6.646)	(6.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**1.150.000**	**-**	**75**	**1.433**	**(1.487)**	**(15.781)**	**1.134.240**
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**372.275**	**-**	**75**	**1.433**	**-**	**-**	**373.783**
Integralização de capital social	15	777.725	-	-	-	-	-	777.725
Ajuste a valor de mercado	12b	-	-	-	-	(1.487)	-	(1.487)
Prejuízo no exercício		-	-	-	-	-	(15.781)	(15.781)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**1.150.000**	**-**	**75**	**1.433**	**(1.487)**	**(15.781)**	**1.134.240**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2ºSemestre/ 2025	31/12/2025
Receitas de intermediação financeira		**252.288**	**269.897**
Resultado de operações com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	6	71.023	88.632
Receita de operações de crédito	6	181.120	181.120
Receita de derivativos	12	145	145
Despesas da intermediação financeira		**(209.721)**	**(212.788)**
Operações de captações em depósitos	12	(145.984)	(145.984)
Operações de letras financeiras	12	(7.471)	(7.471)
Operações de empréstimos	12	(2.595)	(5.353)
Operações de arrendamento	9.b	(303)	(612)
Provisão para perda esperada de crédito	6	(53.368)	(53.368)
Resultado bruto da intermediação financeira		**42.567**	**57.109**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(54.672)**	**(83.765)**
Outras receitas		345	345
Outras despesas administrativas	16	(49.733)	(76.989)
Despesas tributárias	17	(5.284)	(7.121)
Resultado antes da tributação		**(12.105)**	**(26.656)**
Imposto de renda e contribuição social	7	5.459	10.875
Provisão para imposto de renda		(9.817)	(16.036)
Provisão para contribuição social		(7.864)	(12.848)
Imposto fiscal diferido		23.140	39.759
Prejuízo do período/exercício		(6.646)	(15.781)
Resultado por ações		(0,000006)	(0,000014)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	2ºSemestre/ 2025	31/12/2025
Prejuízo do período/exercício	**(6.646)**	**(15.781)**
Outros resultados abrangentes	**(1.487)**	**(1.487)**
Itens que serão reclassificados para o resultado	**(1.487)**	**(1.487)**
Prejuízo não realizado de hedge de fluxo de caixa	(2.703)	(2.703)
Efeito tributário sobre item acima	1.216	1.216
Total do Resultado Abrangente do período	**(8.133)**	**(17.268)**
Atribuível ao acionista do Banco	(8.133)	(17.268)
Atribuível a participação de não controladores	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2ºSemestre/ 2025	31/12/2025
Atividades Operacionais			
Prejuízo ajustado		30.028	5.902
Prejuízo do período		(6.646)	(15.781)
Ajustes ao prejuízo		36.674	21.683
Impostos diferidos	7a	(23.140)	(39.759)
Provisão para perdas esperadas	6	53.368	53.368
Depreciações e Amortizações	16	6.446	8.074
Variações patrimoniais		952.690	788.873
Títulos e valores mobiliários		594.579	206.648
Operações de crédito		(3.695.908)	(3.695.908)
Outros ativos		(181.178)	19.865
Depósitos interfinanceiros e a prazo		3.678.289	3.678.289
Letras financeiras		557.196	557.196
Derivativos		145	145
Obrigações por empréstimos e repasses		(22.069)	(10.242)
Obrigação de arrendamento mercantil		(109)	4.825
Outros passivos		19.304	12.542
Impostos e contribuições a pagar		2.441	15.513
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		982.718	794.775
Atividades de investimento			
Aumento do ativo imobilizado de uso		(547)	(6.003)
Aumento do ativo intangível		(2.769)	(204.469)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(3.316)	(210.472)
Atividades de financimentos			
Aumento de capital	16	381.085	777.725
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		381.085	777.725
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		1.360.487	1.362.028
Caixa e equivalente de caixa no início		11.289	9.748
Caixa e equivalente de caixa no fim		1.371.776	1.371.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco TRATON Brasil S.A. ("Banco") que está localizado na cidade de São Paulo, foi constituído em 2023 e obteve a autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil ("BACEN") em 25 de abril de 2025, para operar sob a forma de banco múltiplo individual, com as carteiras de crédito, financiamento e investimento. O Banco tem como seu único acionista e controlador a TFS Holding Brasil Ltda., empresa pertencente ao grupo TRATON Financial Services. O Banco iniciou suas atividades em 1 de julho de 2025, com o propósito de viabilizar a aquisição de caminhões e ônibus pelos clientes da marca Volkswagen Caminhões e Ônibus.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo BACEN, Resolução 4.818/20 e BCB nº 02 de 12/08/20, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 06 de março de 2026. O Banco utilizou a faculdade prevista na Resolução BCB 2/2020, artigo 42, emitida pelo Banco Central do Brasil, que permite que as demonstrações financeiras semestrais e anuais relativas ao ano de autorização para funcionamento da Instituição pelo Banco Central do Brasil não apresentem valores comparativos com o período anterior. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos na demonstração financeira do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). A mesma está apresentada em Reais, que é a moeda funcional do Banco. **2.3. Mudanças nas principais políticas contábeis:** Resolução CMN nº 4.966/2021: A partir de 1º de janeiro de 2025, o BACEN estabeleceu novos critérios de reconhecimento, mensuração e classificação de instrumentos financeiros para as instituições financeiras sob sua regulamentação. Resolução CMN nº 4.975/2023: A partir de 1º de janeiro de 2025, o BACEN estabeleceu novos critérios de reconhecimento das operações de arrendamento. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados a valor justo. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **2.5. Principais políticas contábeis: a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, de acordo com a Resolução do BACEN n° 4.818/20, caixas e equivalentes de caixas correspondem ao dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Instrumentos Financeiros: I) Reconhecimento e mensuração:** O Banco reconhece os instrumentos financeiros ativos e passivos no balanço patrimonial quando se torna parte das condições contratuais do instrumento. O Banco inicialmente mensura e reconhece os ativos financeiros pelo valor justo. No caso dos ativos financeiros que não estão classificados na categoria de Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), são acrescidos e/ou deduzidos os custos de aquisição diretamente atribuíveis ao ativo financeiro. Para os ativos financeiros classificados na categoria de VJR, estes custos são reconhecidos como despesa quando ocorrem. Imediatamente após o reconhecimento inicial, o Banco registra provisão para perdas esperadas ("ECL") para os ativos financeiros classificados na categoria de Custo Amortizado ("CA"). **II) Modelo de Negócios:** Os modelos de negócios são definidos com base na forma que o Banco gere seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas destes ativos. Os modelos são: • Custo Amortizado ("CA"), os ativos financeiros enquadrados neste modelo necessitam atender cumulativamente às seguintes condições: - Modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros com a finalidade de receber seus fluxos de caixa contratuais; e - Os fluxos de caixa futuros contratuais constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. • Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), os ativos financeiros enquadrados neste modelo necessitam atender cumulativamente às seguintes condições: - Modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e - Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. • Valor Justo no Resultado ("VJR") são os demais ativos financeiros. Dentre os fatores considerados ao determinar os modelos de negócio estão: a experiência passada junto à coleta dos fluxos de caixa dos ativos, como a performance dos ativos é avaliada e reportada aos gestores, como os riscos são acompanhados e como a gerência é compensada. O Banco não possui ativos financeiros classificados na categoria VJR no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **III) Teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("Teste SPPJ"):** Quando o modelo de negócios definido pela Administração for o de coletar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro (CA) ou o de coletar os fluxos de caixa contratuais e também obter fluxos de caixa adicionais através da venda destes ativos financeiros (VJORA), o Banco deve certificar que os fluxos de caixa do instrumento financeiro representam somente pagamento de principal e juros. Ao efetuar esta avaliação, o Banco considera se os fluxos de caixa contratuais estão consistentes com contratos de empréstimo padrão, isto é para dizer que os fluxos de caixa devem incluir o valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Caso os termos contratuais incluam exposições a riscos ou volatilidades inconsistentes com os contratos padrões, este deve ser mensurado ao VJR. **IV) Provisão para perdas de crédito esperadas:** As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, estabelecem critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, no reconhecimento da provisão para perdas de crédito esperadas. O Banco reconhece a provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado (CA) de forma coletiva, agrupando os instrumentos financeiros, gerenciados de forma massificada, em grupos homogêneos de risco conforme sua política de crédito. Com base na Resolução BCB nº 352/2023, em seu Art. 78, o Banco adotou a metodologia simplificada de apuração considerando os níveis mínimos de provisão definidos nos Anexos I e II, levando em consideração que não possui histórico estatístico suficiente e não tem modelos internos validados e auditados conforme os requisitos do Art. 84. Os ativos financeiros que apresentam atraso superior a 90 dias, ou que evidenciem deterioração relevante da capacidade de pagamento, são classificados como ativos problemáticos. Também se enquadram nessa condição aqueles que passaram por renegociação com concessões substanciais ou cuja recuperação integral nas condições originais seja considerada improvável. As receitas de qualquer natureza desses ativos somente são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas. Os ativos financeiros reestruturados são aqueles em que há alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. As reestruturações em que há concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração são caracterizadas como reestruturações. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a provisão para perda esperada é apresentada como uma conta redutora da posição patrimonial. **V) Passivos Financeiros:** O Banco reconhece passivos financeiros em seu balanço patrimonial quando torna-se parte das condições contratuais do instrumento. Derivativos passivos são mensurados ao VJR. Todos os demais passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado. **VI) Baixa de Ativos e Passivos Financeiros:** É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. O Banco efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas. **VII) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição do Banco. As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Banco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre hedge contábil e suas categorias. • Hedge de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. O Banco possui contratos de Swap (instrumentos de hedge) que em sua contratação foram designados para compensar os riscos decorrentes da exposição a valor de mercado das captações pós fixadas (itens objeto de hedge) e foram enquadrados na categoria de hedge de fluxo de caixa. Os instrumentos e os itens objeto de "hedge" são ajustados a valor de mercado na data do balanço e registrados em conta de outros resultados abrangentes. O valor de mercado dos derivativos foi estimado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, na qual os fluxos de caixa projetados são calculados por uma taxa de desconto obtida junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Banco utiliza as taxas referenciais da curva DI x Pré e Cupom Cambial fornecidas pela B3 para a data de contratação e a data base de apreçamento. As taxas são interpoladas pelos métodos de interpolação exponencial e linear, comensuradas com o prazo remanescente dos contratos de swap. **d) Contratos de Arrendamentos - arrendatário:** O Banco reconhece os ativos e passivos de arrendamento, seguindo os princípios da resolução CMN Nº 4.975/23. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso do Banco. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear. O Banco utiliza a taxa média de captação utilizada na data de início do contrato de arrendamento. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica "Outras despesas administrativas" na Demonstração do Resultado. Foi definido conforme normativo e política interna do Banco que não seriam escopo da referida norma: • Contratos de curto prazo: Para fins de aplicação da norma, o Banco definiu contratos de curto prazo como sendo aqueles com menos de 12 meses de vigência. Vale como observação que contratos que possuem cláusula de renovação e que o Banco tenha a intenção de exercer, o prazo a ser considerado deve incluir o período de renovação; • Arrendamento de ativo subjacente de baixo valor: Para fins de aplicação da norma, o Banco definiu como contrato de baixo valor aqueles com ativos inferiores a R$ 30 mil, sendo feito a avaliação com base no valor unitário do ativo quando é novo em base absoluta. **e) Ativo Imobilizado e Ativo Intangível:** Ativo Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • Depreciação de bens do imobilizado de uso do Banco pelo método linear com base nas taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: veículos e sistemas de processamento de dados, 20% a.a.; e instalações, mobiliários e demais equipamentos, 10% a.a. Inclui as benfeitorias em imóveis de terceiros com vida útil definida e amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. • Ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. São compostos por softwares, desenvolvimento interno de software, valor pago para para exploração com exclusividade da base de clientes do negócio de veículos comerciais. Os Ativos intangíveis são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (de 3 meses a 20 anos), a partir da data da sua disponibilidade para uso. O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão adicional, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões sobre os bens registrados como bens não de uso próprio foram reconhecidas no resultado do período, classificadas em resultado não operacional. **f) Outros Ativos - Diversos:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e variações monetárias auferidas e ajustados ao valor de realização, quando aplicável e também representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário. **g) Impostos correntes e diferidos:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no ano. A contribuição social é calculada pela alíquota de 20%. Adicionalmente, em 16 de novembro de 2022, foi aprovada a lei Nº 14.467/22 que determina a partir de 01 de janeiro de 2025 a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias. Os ativos fiscais diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os ativos fiscais diferidos são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **h) Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes obrigações legais e divulgação de provisões são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução n° 3.823 de 16 de dezembro de 2009 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como risco de perda possível, não requerem constituição de provisão, mas requerem divulgação. As contingências classificadas como risco remoto, como risco remoto não requerem provisão ou divulgação. O Banco não apresenta ativos ou passivos contingentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **i) Reconhecimento de receitas e despesas de juros:** Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado usando o método da taxa efetiva de juros. Método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período relevante. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo, estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou apropriado por um período mais curto, que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros o Banco estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, por exemplo, opções de pagamentos antecipados, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e os outros prêmios ou descontos. Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da "provisão para redução ao valor recuperável". Receitas e despesas não financeiras são reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para o Banco, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem. **j) Reconhecimento de receitas com serviços prestados:** As receitas de serviços referem-se as tarifas cobradas pelo Banco inerentes ao processo de financiamento e são diferidas de acordo com o prazo do respectivo contrato no resultado. **k) Reconhecimento de despesas de comissões:** As despesas de comissões referem-se a pagamentos efetuados às concessionárias de pela produção de contratos de financiamento e são diferidas de acordo com o prazo do respectivo contrato no resultado. **l) Resultado não recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB nº 02, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; II. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco estabeleceu os seguintes critérios na determinação do resultado não recorrente: I. Receitas ou despesas que não tem relação direta com o resultado das operações do Banco e que não tendem a se repetir no futuro. II. Receitas ou despesas inesperadas e que não aconteceram em anos anteriores ou que não se espera que aconteçam nos próximos anos, a fim de manter a comparabilidade do resultado entre períodos. Para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não houve itens de resultado que se enquadrem como resultado não recorrente.

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos permite a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados ao Banco. Neste processo estão contemplados principalmente, mas não exclusivamente, os seguintes riscos: **a) Risco de crédito:** Exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco segue as melhores práticas da Matriz e tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito. **b) Risco operacional:** É monitorado de forma a permitir a avaliação, controle e mitigação do risco decorrente da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, bem como de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento não previsto, que venha a tornar impróprio o exercício das atividades do Banco, resultando em perdas inesperadas. Os métodos utilizados são compatíveis com a realidade atual do Banco. **c) Risco de mercado:** Através de metodologias condizentes com a realidade atual do Banco, o risco de mercado é gerenciado com transparência e elevado grau de confiança. O processo de gestão abrange todas as operações que estão sujeitas ao risco de perda financeira proveniente da exposição às flutuações de bolsas de valores, taxas de juros e câmbio. **d) Risco de liquidez:** É gerenciado por meio de estruturas, procedimentos e relatórios padrões que visam gerir a capacidade de pagamento do banco, considerando planejamento financeiro, limites de riscos e otimização de recursos disponíveis, permitindo uma tomada de decisão com grande agilidade e alto grau de confiança. **e) Risco socioambiental:** É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de danos socioambientais. A gestão do risco socioambiental permite deliberar sobre os temas que envolvam riscos socioambientais de acordo com critérios e parâmetros predefinidos.

4. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital tem como objetivo dar suporte ao Banco na manutenção de um nível de capital compatível com os riscos incorridos em suas operações. Tem por fundamento um processo contínuo de monitoramento e controle de seu capital, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está exposto, planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos do Banco e uma postura prospectiva, antecipando os efeitos sobre o capital de possíveis mudanças nas condições de mercado. O nível mínimo de capital requerido pelo regulador é parte integrante da gestão de capital.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, por operações que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, tais como, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em depósitos interfinanceiros, com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa são representados por:

	31/12/2025
Disponibilidades (depósitos bancários)	44.569
Total disponibilidades	**44.569**
Aplicações com vencimento até 90 dias	1.327.207
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	**1.327.207**
Total caixa e equivalente de caixa	**1.371.776**

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em 31 de dezembro de 2025, estão compostos como segue:

	31/12/25
Total de aplicações em depósitos	**1.327.088**
Pós fixado DI	1.327.207
(-) Provisão para perda esperada	(119)
Total de operações de crédito	**3.642.659**
Crédito direto ao consumidor - CDC	2.484.936
Floorplan	1.210.972
(-) Provisão para perda esperada	(53.249)
Total de outros ativos financeiros	**181.178**
Total dos instrumentos financeiros	**5.150.925**
Circulante	3.145.168
Não Circulante	2.005.757

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI POS), com vencimento em 02 de janeiro de 2026 e remuneração de 90% a 99% do CDI, que gerou uma receita no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R$ 43.612 (R$ 43.607 no segundo semestre de 2025). Os títulos e valores mobiliários eram compostos por Letras Financeiras do Tesouro, que foram resgatadas em 28 de outubro de 2025 e geraram um rendimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R$ 45.020 (R$ 27.416 no segundo semestre de 2025). As operações de crédito são compostas por financiamentos de veículos com alienação fiduciária (Classificadas na Carteira C2), que geraram um rendimento no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 no montante de R$ 181.120. O portifólio de clientes é composto em 95% por empresas (pessoa jurídica) e 5% por pessoas físicas.

a) Concentração dos principais devedores das operações de financiamentos:

	31/12/25
10 maiores devedores	566.306
50 seguintes maiores devedores	808.049
100 seguintes maiores devedores	373.946
Demais devedores	1.947.607
Total	**3.695.908**

b) Composição das operações de financiamento por faixa de vencimento das operações por parcela:

Faixas de atraso	31/12/25	% Concentração Atraso
Vencidos:		
Zero a 14 dias	6.841	0,19%
15 a 30 dias	502	0,01%
31 a 60 dias	517	0,01%
61 a 90 dias	53	0,00%
A vencer:		
De 1 a 90 dias	191.717	5,19%
De 91 a 360 dias	1.437.272	38,89%
De 1 a 3 anos	1.018.069	27,55%
Acima de 3 anos	1.040.937	28,16%
Total	**3.695.908**	**100%**

c) Classificação das operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito

	Classificação	31/12/25 Saldo devedor	Provisão para perdas - Não problemático
Operações de Crédito - CDC	C2	**2.484.936**	**36.295**
Operações de Crédito - Floorplan	C2	**1.210.972**	**16.954**
Total		**3.695.908**	**53.249**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não existem operações classificadas como ativo problemático, operações renegociadas ou reestruturadas e baixas para prejuízo.

d) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito

	31/12/25
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Constituição no período	53.249
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**53.249**

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Contribuições diferidas: O Banco registra os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social em atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20, considerando para tanto as perspectivas de resultados tributáveis futuros e em prazos compatíveis com seu planejamento estratégico de crescimento. O incremento, reversão ou a manutenção dos ativos fiscais são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os ativos diferidos são constituídos por créditos tributários de diferenças temporárias e apresentam a seguinte composição:

31/12/25	IRPJ	CSLL	PIS e COFINS	Total
Refletido no resultado:				
Provisão para outros pagamentos	625	500	-	1.125
Despesas pré-operacionais	8.050	6.440	-	14.490
Provisão de perdas esperadas	13.342	10.674	-	24.016
Ativo de Arrendamento	71	57	-	129
Tarifas de cadastro	-	-	341	341
Refletido no patrimônio líquido:				
Marcação a valor de mercado dos derivativos	676	541	-	1.216
TOTAL	**22.764**	**18.211**	**341**	**41.316**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi constituído ativos fiscais diferidos no montante de R$ 41.316 e a sua realização está estimada para 13% no 1º ano, 12% no 2º ano, 14% no 3º ano, 16% no 4º ano, 12% no 5º ano e 34% acima de 5 anos, e o valor presente considerando a taxa de CDI de 1,11% a.m. no valor de R$ 38.037.

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

31/12/2025	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**(26.656)**	**(26.656)**
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	**90.896**	**90.896**
Provisão para perdas esperadas de crédito	53.369	53.369
Gratificações e administradores	2.499	2.499
Receitas e despesas pré-operacionais	34.743	34.743
Outras adições e exclusões temporárias	285	285
Lucro real e base de cálculo dos tributos	**64.240**	**64.240**
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes	25%	20%
Total de Imposto Corrente	**(16.036)**	**(12.848)**
IRPJ e CSLL sobre adições temporárias	22.088	17.671
Imposto diferido	**22.088**	**17.671**
Total imposto de renda e contribuições social corrente	**6.052**	**4.823**

8. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado do Banco diz respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento. Os detalhes, por categoria, dos ativos imobilizados no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2025
Equipamentos	615
Benfeitorias em Imóveis	471
Valor bruto	**1.086**
Depreciação Acumulada	(151)
Valor líquido	**935**

9. ATIVOS DE DIREITO DE USO E OBRIGAÇÃO DE ARRENDAMENTO

a) Ativos de Direito de Uso: Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso do Banco e o ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear. Os detalhes, por categoria, dos ativos de direito de uso são os seguintes:

	31/12/2025
Imóveis	5.498
Valor bruto	**5.498**
Depreciação Acumulada	(958)
Valor líquido	**4.540**

b) Obrigação de arrendamento: O passivo correspondente está mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento. Visto que a taxa implícita ao arrendamento exige a determinação de componentes que exigiriam um alto nível de subjetividade, como o valor residual não garantido no fim do arrendamento da mesma forma que os custos iniciais do arrendador, o Banco optou por utilizar a taxa média do custo de captação no momento da entrada do contrato de arrendamento para cálculo do valor presente, sendo 12,12% a.a. O passivo está segregado da seguinte forma:

	31/12/2025
Obrigação de curto prazo - circulante	838
Obrigação de longo prazo - não circulante	3.987
Total	**4.825**

O passivo de arrendamento gerou uma despesa de juros de R$ 612 em 31 de dezembro de 2026 (R$ 303 no segundo semestre de 2025).

10. INTANGÍVEL

O ativo intangível do Banco corresponde aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. São compostos por softwares e desenvolvimento interno de software (20% a.a.), e direito de uso negócio (5%.a.a), registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

	31/12/2025
Licenças e direitos de uso	755
Sistemas adquiridos	5.126
Outros ativos intangíveis	198.607
Valor bruto	**204.488**
Amortização Acumulada	(6.976)
Valor líquido	**197.512**

A linha de Outros ativos intangíveis se refere ao valor pago para exploração com exclusividade da base de clientes do negócio de veículos comerciais. Em 08 de novembro de 2024 foi assinado um acordo entre o Banco e a Volkswagen Financial Services, onde os clientes da Volkswagen Caminhões e Ônibus, que até junho de 2025, foram suportados pela Volkswagen Financial Services no Brasil passam a ser atendidos pelo novo Banco.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldo das transações

31/12/2025	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
TFS SERVIÇOS BRASIL LTDA		
Valores a pagar prestação de serviços	(4.933)	(45.993)
Valores a pagar reembolso de despesas	(324)	(1.031)
Total	**(5.257)**	**(47.024)**
TRATON Treasury AB		
Empréstimos no exterior	21.982	(5.353)
Total	**21.982**	**(5.353)**

31/12/2025	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA		
Valores a receber Juros de Carência, Subsidio e IOF	174.279	82.815
Valores a pagar CDB	(1.841.758)	(116.223)
Reembolso despesas pré operacionais	-	(58)
Total	**(1.667.479)**	**(33.466)**
TRATON FINANCIAL SERVICES AB		
Provisão valores a pagar rateio de custos	-	(2.116)
Total	**-**	**(2.116)**
SCANIA LATIN AMERICA LTDA		
Valores a pagar CDB	(208.143)	(3.143)
Provisão valores a pagar	-	(367)
Total	**-**	**(367)**
VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA		
Valores a pagar CDB	(530.525)	(5.524)
Total	**(530.525)**	**(5.524)**

b) Remuneração do pessoal chave da administração: A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

a) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: Os instrumentos financeiros passivos mensurados ao custo amortizado, em 31 de dezembro de 2025, estão compostos por:

	31/12/2025	Despesas 01/01 a 31/12/2025	Indexador	Taxa
Depósitos interfinanceiros	1.097.863	(21.094)	Pré-fixado	13,87% a 16,11% a.a.
Depósitos a prazo	2.580.426	(124.890)	Pós-fixado	99% a 103% do DI
Letras financeiras	506.865	(6.874)	Pós-fixado	100% do DI
Letras financeiras	50.331	(597)	Pré-fixado	13,30% a.a.
Empréstimos	21.982	(5.353)	Pré-fixado	14,19% a.a.
	4.257.467	**(158.808)**		
Circulante	2.791.305			
Não circulante	1.466.162			
	4.257.467			

b) Passivos financeiros mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco contratou operações de instrumentos financeiros derivativos (Swap DI x Pré) com o objetivo de proteger e compensar as variações de fluxos de caixa da captações pós fixadas (Letras Financeiras). Em 23 de dezembro de 2025, foi adotada a contabilidade de hedge (hedge accounting), em conformidade com as normas e diretrizes vigentes. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, além das políticas e objetivos da gestão de risco, estão documentadas no início de cada operação. Também são documentados os testes de efetividade iniciais e prospectivos, evidenciando desta maneira que os derivativos designados são altamente efetivos. As estruturas de hedge accounting mantidas pelo Banco são classificadas como hedge de fluxo de caixa. Atualmente, a carteira de captações em Letras financeiras está exposta variações de taxa variável local (DI), sendo o swap contratado está Ativo em DI e passivo em taxa pré-fixada, eliminando assim 100% do risco das oscilações do mercado local de juros. Essas operações de Swap, estão registradas e custodiadas na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão.

Tipo: (31/12/2025)	Valor Principal	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido)	Receita (Despesa) Juros
Swap de variação de taxa de hedge de fluxo de caixa (DI x Pré)	500.000	145	2.558	2.703	145
Total	**500.000**	**145**	**2.558**	**2.703**	**145**

Os derivativos por prazo de vencimento:

	Valor Principal	Diferencial a pagar
De 1 a 2 anos	320.000	95
De 2 a 3 anos	100.000	29
De 3 a 4 anos	80.000	21
Total	**500.000**	**145**

Todas as operações de swap foram designadas como hedge de fluxo de caixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não há parcela inefetiva relacionada às estruturas de hedge contábil. A efetividade apurada para a carteira de hedge contábil está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02, onde a designação do instrumento financeiro derivativo tem o objetivo de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no fluxo de caixa das obrigações por letras financeiras.

c) Outros passivos financeiros

	31/12/2025
Valores a liberar de operações de crédito	13.437
Pagamentos a efetuar empresas ligadas	5.231
Pagamentos a efetuar fornecedores	3.986
Provisão para outros pagamentos	2.499
Credores diversos	1
Total	**25.154**
Circulante	**25.154**

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS: As obrigações fiscais correntes apresentam a seguinte composição:

	31/12/2025
Provisão para impostos	7.003
Impostos e contribuições a recolher	8.550
Total	**15.553**
Circulante	**15.553**

14. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

No período não foram reconhecidos ativos contingentes ou passivos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização. Também não existem processos classificados como perdas possíveis e não existem processos administrativos em curso por parte de órgãos reguladores, integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social do Banco é de R$ 1.150.000 (um bilhão, cento e cinquenta milhões de Reais) e é composto 1.150.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária de 14 de maio de 2025, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R$ 777.725, passando o capital social de R$ 372.275 para R$ 1.150.000, mediante a emissão de 777.724.642 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo valor de emissão de R$ 1,00 (um Real) cada ação. O aumento de capital ora aprovado foi totalmente subscrito pela TFS Holding Brasil Ltda. e foi integralizado por ela, em moeda corrente nacional em duas etapas, em 14 de maio de 2025 o montante de R$ 396.640 e em 15 de agosto de 2025 o montante de R$ 381.085. Em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de dezembro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R$ 372.275, mediante a emissão de 372.274.958 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo valor de emissão de R$ 1,00 (um Real) cada ação. O aumento de capital ora aprovado foi totalmente subscrito pela TFS Holding Brasil Ltda. e foi integralizado por ela, em moeda corrente nacional, em duas etapas, em 22 de dezembro de 2023 no montante de R$ 186.138 e em 12 de novembro de 2024 no valor de R$ 186.137. **b) Reserva legal:** A reserva legal estatutária é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social. **c) Reserva estatutária:** O Estatuto Social do Banco delibera que, do lucro líquido apurado, após terem sido feitos os demais ajustes previstos, 25% (vinte e cinco por cento) serão destinadas à distribuição do dividendo obrigatório.

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro de 2025, as despesas administrativas são compostas como segue:

	2ºSemestre/ 2025	31/12/2025
Despesa de serviços técnicos especializados (*)	(34.442)	(54.691)
Despesa de depreciações e amortizações	(6.446)	(8.074)
Despesa de processamento de dados	(3.229)	(3.985)
Outras despesas administrativas	(2.567)	(6.070)
Despesa de descontos em operações de crédito	(787)	(787)
Despesa de tarifas bancárias	(758)	(785)
Despesa de promoção e relações públicas	(671)	(1.295)
Despesa de viagens	(426)	(556)
Despesa de consumo	(220)	(461)
Despesa de manutenção e conservação	(187)	(285)
Total	**(49.733)**	**(76.989)**

(*) Referente às despesas com consultoria e assessoria com parte relacionada TFS Serviços Brasil Ltda.

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2ºSemestre/ 2025	31/12/2025
Contribuição ao COFINS	(4.143)	(5.643)
Contribuição ao PIS/PASEP	(673)	(917)
Imposto sobre serviços - ISS	(406)	(406)
Impostos e taxas estaduais	(62)	(155)
Total	**(5.284)**	**(7.121)**

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

DIRETORIA

Eduardo Portas - Diretor Estatutário - CEO
Francisco Maqueda - Diretor Estatutário - CRO
Lilian Kanematsu - CFO

CONTADOR

Janaina Oliveira - CRC 1SP276616/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria do **Banco TRATON Brasil S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco TRATON Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco TRATON Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administração, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Apresentação os valores correspondentes:* Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, a qual descreve que essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Banco utilizou a faculdade prevista na Resolução BCB 2/2020, Art. 42, emitida pelo Banco Central do Brasil, que permite que as demonstrações financeiras relativas ao ano de autorização para funcionamento do Banco pelo Banco Central do Brasil não apresentem valores comparativos com o exercício anterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Rui Borges
Contador
CRC SP-207135/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/BANCOTRATON1587957206032026.pdf
Hash:1772737680a02732650ac1416c8d2cae0d8260dd24